

# O POVO É QUEM MAIS ORDENA?

**José Manuel Pureza**

(Publicado em *Communio*, Ano XXIX, nº 1, Janeiro-Março de 2012)

Se for verdade que o Mediterrâneo foi, ao longo da História, um barómetro das mudanças civilizacionais, o nosso é um tempo de grandes ambiguidades. De um lado – o de lá – luta-se na rua (física e virtual) pela democracia, associando-lhe a palavra Primavera e a realidade de vidas que se entregam por essa causa rompendo estigmas ou mesmo anulando-se. Do outro lado – o de cá – a democracia parece ter entrado num processo de degenerescência que evidencia os seus profundos défices de cumprimento e que a torna numa referência porventura moribunda. Esta mistura de promessa e de decepção é a marca da democracia contemporânea. Neste texto procurarei identificar bases para a discussão da democraticidade dos regimes democráticos instalados, do ponto de vista da correspondência efetiva entre participação e condições sociais de existência.

1. Em 1854, Charles Dickens condensou em “Tempos Difíceis” o retrato do impacto desestruturador impiedoso trazido pela Revolução Industrial à sociedade inglesa. A polarização social extrema glosada por Dickens, materializada num lumpen proletariado condenado à miséria por negociantes agiotas, era afinal a realidade da fratura em “duas nações” denunciada por Disraeli, em que o decaimento moral ratificou a desigualdade como marca da relação de forças social.

Convém lembrar, entretanto, que esses dias de *hard times* tinham um traço inédito. Pela primeira vez na história do capitalismo a auto-regulação da economia passara a prevalecer, impondo uma até então inexistente visão prescritiva da realidade em que a esfera económica e a esfera social passaram a ser pensadas numa lógica de autonomia mútua e de superioridade hierárquica da primeira sobre a segunda.

Ora, como sublinhou Karl Polanyi, esta prevalência da auto-regulação do mercado não foi, ao contrário do que se instilou no senso comum, um princípio de respeito por uma espécie de ordem natural e espontânea da sociedade. Foi, outrossim, uma criação do Estado, um gigantesco exercício de imposição artificial de uma ordem alheia ao funcionamento normal da vida social, planeado e gerido meticulosamente pelos Estados. O “Estado-guarda noturno”, emblemático do liberalismo político e económico do Século XIX, era – ao contrário das aparências distorcidas pela apologia ideológica da desregulação do mercado – um Estado fortíssimo na sua deliberada abdicação de operar uma regulação económica e social digna desse nome e essa regulação desreguladora configurou-o como um poderoso instrumento de ordenação social que teve na absolutização do mercado o seu elemento fundamental.

O corolário maior desta criação do império do mercado pelo Estado foi a limitação da democracia. O Estado liberal do século XIX foi, na verdade, um vigilante atento contra uma expansão do espaço da democracia que pudesse pôr em risco a estrutura social e económica construída sobre uma relação de forças cujo desequilíbrio era ratificado pela ausência de um poder público impositivo. À semelhança do que se disse das monarquias – que passaram de absolutas a limitadas – também da democracia possível no quadro do Estado liberal incentivador do mercado se pode dizer que foram “democracias limitadas”. Desde a restrição do sufrágio com fundamentos económicos (voto censitário) ou sociais (proibição do voto às mulheres) até ao afastamento da democracia da esfera económica e cultural, tudo convergiu para uma menorização do alcance da democracia diante da prevalência do mercado. O mito da combinação virtuosa entre liberalismo e democracia é isso mesmo: um mito.

2. Em “The Great Transformation”, publicado em 1944, Karl Polanyi analisou a superação desta configuração liberal artificialmente imposta, e que limitou severamente o alcance da democracia, por um resgate do controlo social “natural” sobre a economia. Este “segundo movimento” (para usar as suas palavras) foi o resultado de uma convergência entre o conservadorismo adepto do regresso à “ordem natural” e o reformismo social de inspirações várias, contra a engenharia social animada pelos liberais e os seus impactos de grande violência sobre o tecido social. O seu instrumento primeiro foi a política

enquanto ação coletiva de conformação do espaço público como algo qualitativamente distinto do somatório de esferas privadas. E, nesse sentido, o traço inovador fundamental trazido por esta nova política – que se afirmou como dominante nas décadas de entrada no século XX – foi a ampliação do campo da democracia. A regulação das condições de trabalho, a constituição de formas diversas de seguro social, a institucionalização de procedimentos de negociação entre capital e trabalho e o acolhimento de partidos socialistas e social-democratas no sistema político deram expressão inicial a esse caminho de alargamento do espaço da democracia, que veio a desaguar nos *welfare states* e na adoção do pleno emprego como finalidade essencial das políticas públicas.

Esta compreensão ampla da democracia que a vê como muito mais do que uma mera tecnicidade institucional e antes a associa intimamente ao cumprimento de um contrato social exigente foi sem dúvida um dos legados mais importantes do século XX. De então em diante as condições sociais, económicas e culturais da existência tornaram-se elementos nucleares da experiência democrática. A mobilização cidadã para a democracia não pôde mais ser encarada como uma virtude abstrata, antes passou a ser compreendida como uma expressão da natureza inclusiva do contrato social inerente à democracia.

3. As duas últimas décadas do século XX prepararam o caminho para o regresso dos “tempos difíceis”. Essa inversão de marcha na relação entre democracia e ordem económica e social teve duas componentes fundamentais. A primeira registou-se no domínio da organização da produção. O fordismo e os seus ícones (linhas de montagem, produção em massa para consumo em massa, grandes organizações sindicais associadas a grandes concentrações fabris) deram lugar a sistemas produtivos assentes na automação, na produção segmentada levada a cabo em unidades de pequena dimensão e na inerente fragilização dos sindicatos. Neste contexto, a herança do Estado Social – o tendencial compromisso entre a garantia de condições para a acumulação capitalista com a garantia de políticas de pleno emprego e de salário indireto – passou a ser alvo de ataque cerrado que visou um reforço desmedido das condições de acumulação do capital: prioridade às políticas anti-inflacionistas em detrimento das políticas de crescimento, contenção (leia-se redução)

salarial, privatização dos serviços públicos e combate contra o poder sindical. A par desta transformação profunda dos modos de organização da produção e das relações entre capital e trabalho a elas inerentes, regista-se uma outra mudança essencial. Ela foi de natureza ideológica e traduziu-se na conquista de hegemonia – quer no campo académico quer na produção de senso comum – por um discurso legitimador e naturalizador dos novos desequilíbrios entre capital e trabalho (que Polanyi teria certamente designado por “terceiro movimento”). A apologia dos mercados como instância de regulação social por excelência, a representação do Estado como mau administrador e da sua presença estruturadora como “caminho para a servidão” e o repúdio do estatuto jurídico-económico dos bens públicos foram os três elementos centrais dessa construção ideológica significativamente designada de neo-liberalismo. O seu momento mais emblemático terá sido porventura a celebrizada sentença proferida por Margaret Thatcher – *“there is no alternative”* – na qual vai implícita uma desqualificação absoluta do pensamento gerador de outras formas de entender a relação entre economia e sociedade e de outros modos de equacionar o ordenamento da mesma economia e em que, por isso, de novo se insinuou ser algo de natural o primado da economia desregulada sobre toda a ordenação social e, como tal, merecedor de todas as salvaguardas.

Acresce a estes dois fatores de mudança um terceiro: a globalização económica conduzida de acordo com os pressupostos acabados de enunciar. Muito para lá dos discursos mais ou menos banalizados sobre a escala dos fluxos de capitais e de mercadorias ou sobre o suposto fechamento do mundo, o que a globalização concreta trouxe de inovador foi sobretudo a adoção da inserção das economias nacionais num mercado competitivo mundial como alfa e omega das políticas dos Estados nacionais. Estando desse modo em jogo a submissão dos Estados ao mercado, é mais que isso que se joga na fixação daquele desígnio como norte das políticas nacionais – é de novo uma intensa e dedicada construção do mercado pelos Estados, à maneira do que sucedera no século XIX, que se ali se acolhe.

A desregulação, a privatização e o anátema sobre a despesa pública tornaram-se os novos ícones da política dominante. Aos Estados passou a reservar-se o desempenho de performances de strip-tease, em que o despojamento de vestes regulatórias laborais, fiscais, ambientais funciona como

estratégia de sedução de investidores globais cada vez mais sem rosto que surfam a onda do dogma sacrossanto da liberdade de circulação de capitais. A *race to the bottom* em matéria de direitos – já não apenas de direitos sociais e económicos mas também, cada vez mais, de liberdades civis tradicionais – tornou-se num horizonte assumido como inevitável e, ao mesmo tempo, em ameaça desestruturadora que pende sobre quem teimosamente insista em resistir-lhe.

As consequências destes novos “tempos difíceis” para a democracia são avassaladoras. A sujeição de setores sociais cada vez mais amplos a políticas de empobrecimento direto (cortes salariais e aumento de impostos) e de empobrecimento indireto (substituição de serviços públicos universais por sistemas de co-pagamento ou por prestações privadas) exclui-os de condições de dignidade e destrói horizontes de estabilidade para as vidas quotidianas. Para estes grupos sociais – que incluem não apenas os mais pobres e os trabalhadores mas também, e com peso crescente, as classes médias urbanas – a democracia tem cada vez mais a marca da traição de expectativas. O crescimento das desigualdades e a supressão de perspectivas de melhoria das condições de vida minam profundamente a adesão à democracia. O ideário da igualdade de oportunidades e de condições para todos arrisca-se a ser entendido como um discurso de camuflagem de um sistema oligárquico e seletivo que se desenvolve à sombra de mecanismos para-legais de opacidade e de corrupção. A disponibilidade assim criada para abraçar soluções autoritárias antecipadas por derivas populistas – como as que se exprimem na criação de uma oposição entre “os cidadãos” e “os políticos” – materializa essa erosão galopante da democracia nestes novos *hard times*.

4. O que daqui resulta não é apenas uma clara perda de intensidade da democracia enquanto regime social. É também, e sobretudo, um descasamento crescente entre o espaço social e o espaço político. Para todos os efeitos, a espacialidade da política – do ponto de vista das suas instituições de referência, do ponto de vista dos impulsos mobilizadores da cidadania ou do ponto de vista do alcance da regulação – continua a ser predominantemente nacional. Esse legado pesado da modernidade ocidental tem sido sujeito a um desgaste notório mas resiste tenazmente às dinâmicas quer de sentido supranacional quer de

sentido autonomista local. O espaço do relacionamento e da decisão económica esse perdeu fronteiras, guiado pelo apetite expansionista do capitalismo. Uma expansão que foi impulsionada, primeiro, pelas estratégias várias – com especial destaque para o colonialismo e o neo-colonialismo – de criação de novos mercados para a produção sempre mais excedentária de bens mercadorizados. E que, na passagem do século passado para o atual, se fez ao sabor da lógica da financiarização: a desmaterialização da economia global associada à revolução nas tecnologias da informação tornou os mercados financeiros em espaços virtuais globais sem ancoragem em qualquer realidade de perfil nacional.

Esta descoincidência entre o espaço da decisão política e o espaço da decisão económica alimenta uma fragilização sem precedentes da democracia na sua versão representativa. Com efeito, a democracia representativa assentou sempre numa reciprocidade entre investidura de confiança e prestação de contas. A relação entre representantes e representados foi sempre pensada a partir da certeza dessa correspondência entre escolha de um programa e exigência de responsabilidade pela sua execução. Ora, essa correspondência só pôde existir enquanto a decisão do representante foi efetivamente a que contou para a condução das políticas essenciais. A falta de sobreposição entre o espaço político e o espaço económico tem como principal consequência a irrelevância quase total das decisões dos representantes e, como tal, a perceção largamente partilhada de um tendencial vazio de sentido útil para o próprio voto.

Robert Cox sugere a ideia de “nebulosa” como *locus* da paternidade das políticas que contam. “Uma elite indeterminada de influentes e de agências que partilham um bloco de ideias e que desempenham em conjunto a função de governação. A política e a doutrina são desenvolvidas e difundidas através de conclaves não oficiais (por exemplo, a Comissão Trilateral, as conferências de Bilderberg, as cimeiras económicas anuais de Davos, etc.) e de organismos intergovernamentais e de peritos: os comités da OCDE, o Banco de Pagamentos Internacionais de Basileia ou as cimeiras do Banco Mundial e do FMI.” E prossegue: “não há um processo de decisão formal, há sim um conjunto complexo de redes interligadas que criam uma ideologia económica comum e que injetam este produto consensual nos processos nacionais de decisão. A nebulosa é simultaneamente externa e interna aos Estados”.

A política global tem pois hoje dois rostos. O primeiro é a tendencial padronização de modelos políticos e de políticas práticas, com a inerente marginalização de fórmulas alternativas. Para formalizar esta separação entre políticas aceitáveis e políticas exluídas segundo os padrões internacionais, ganhou vulgarização a expressão *good governance*. A sua adoção na política internacional funciona assim como mecanismo de inclusão e de exclusão. O segundo rosto da política global é o da definição de orientações de política pública em instâncias informais – e, como tal, não suscetíveis de sindicância democrática – que, por capilaridades igualmente informais, se impõem aos Estados e às opiniões públicas nacionais.

O espaço real reservado à democracia – enquanto cultura em que todos, independentemente das suas diferenças sociais, culturais ou identitárias são convocados a fazer escolhas fundamentais – está dramaticamente confinado. O rotativismo parlamentar, assente em consensos de largo espectro, é a sua forma institucional. Ela é responsável, em boa medida, por uma atitude de generalizada indiferença ancorada na noção de que a alternância formal não traz consigo alternativas reais.

5. A crise que assola atualmente a Europa mostra-nos a degenerescência da democracia a acontecer. Quando deputados gregos que furaram a disciplina de voto na aprovação do enésimo pacote de super-austeridade são expulsos pelos respetivos diretórios; quando chefes de governo são apeados pelos credores e substituídos por tecnocratas da sua confiança; quando os mesmos credores exigem juramentos de fidelidade de todos os partidos que aspiram à governação no sentido de abdicarem dos seus programas e se comprometerem a cumprir, em quaisquer circunstâncias, o receituário de austeridade; quando as agências de notação financeira impõem de facto as orientações das políticas nacionais; quando as estruturas formais da União Europeia são substituídas por conversas discretas entre dois chefes de governo – quando tudo isto sucede diante dos nossos olhos e a única palavra que sabemos pronunciar é “inevitabilidade” então “o povo é quem mais ordena” tornou-se numa memória definitivamente deixada para trás.